



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Feminismo e Serviço Social.

FEMINISMO E EMANCIPAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS E ESPAÇOS DE LUTA PELO FIM DA OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO HUMANA

LÍVIA MARIA¹

Resumo: Abordamos neste artigo uma discussão teórica, que parte de análises teórico-críticas que evidenciam a relação entre opressão-exploração das mulheres e sua funcionalidade ao processo de acumulação capitalista. Deste entendimento, demarcamos as lutas do movimento feminista em sua trajetória de resistência assentada no referencial da teoria social crítica, os desafios postos na realidade para a construção de estratégias de enfrentamento às opressões estabelecidas pelo sistema-capitalista-heteropatriarcal em sua necessária articulação com a perspectiva de alcance da emancipação humana, evidenciando as possibilidades de contribuição do Serviço Social a estas lutas, em sua insurgência intelectual e legado crítico.

Palavras-chave: Movimento Feminista; Sistema Capitalista-Heteropatriarcal; Serviço Social; Emancipação Humana.

Abstract: We discuss in this article a theoretical discussion based on theoretical-critical analyzes that show the relationship between women's oppression and exploitation and their functionality to the process of capitalist accumulation. From this understanding, we demarcate the struggles of the feminist movement in its resistance trajectory based on the referential of critical social theory, the challenges put in reality for the construction of strategies of coping with the oppressions established by the capitalist-heteropatriarchal system in its necessary articulation with the perspective of the scope of human emancipation, evidencing the possibilities of contribution of the Social Service to these struggles, in their intellectual insurgency and critical legacy.

Keywords: Feminist Movement; Capitalist-Heteropatriarcal System; Social Service; Human Emancipation.

1 INTRODUÇÃO

Na intenção de debater a contribuição política e social do movimento feminista e suas estratégias de enfrentamento às relações de opressão e exploração da mulher na atual ordem capitalista heteropatriarcal, apresentamos esta discussão teórica que é resultado parcial do nosso projeto de pesquisa de mestrado, das discussões do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) e da disciplina Serviço Social, relações de opressão de

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <liviamaria_23@hotmail.com>

sexo, raça/etnia, e classe social, vinculados a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Desde a antiguidade as legislações greco-romanas exemplificam o papel valorativo imposto às mulheres perante o patriarca. Dentre tantos outros impedimentos sociais, a mulher era proibida de exercer sua capacidade jurídica, devido, principalmente a alegação de sua debilidade sexual, seu intelecto mínimo e sua parca capacidade moral de discernimento.

De forma significativa foi apenas na era moderna que a consciência de reivindicações pontuais adentrou o universo das mulheres. Em seu primeiro momento de teorização o feminismo emerge como símbolo de reação das mulheres aos ditames da ordem patriarcal (racionalizada pela insurgência da sociedade de classes) que secundariza e aprisiona os interesses das mulheres a um patamar de dominação masculino.

A utilização da mulher na sociedade capitalista, a partir da consciência burguesa da sua situação inferior, submissa e marginal, colaborou para a fixação do sistema de exploração e extração de mais valia a partir do trabalho excedente feminino. Nesse ponto, conforme Saffioti (2009), inexistiu na história das sociedades de classes a eliminação da elaboração social de fatores naturais de subordinação, na medida em que estes operam como mecanismos atenuantes de tensões, com fins a conservação da estrutura de classes.

A contribuição teórica e intelectual no interior do movimento feminista, experimentada em meados do século XX e início do século XXI, injetou uma nova consciência reflexiva a causa das mulheres. Categorias como gênero/sexo, raça/etnia e classes sociais, são incorporadas as questões de opressão das mulheres, a partir da concepção de que estas categorias se fundem em um só sistema de dominação-exploração próprio da hegemonia do patriarcado-racismo-capitalismo.

As correntes teóricas feministas, de cariz crítico, passaram defender que seria por meio da síntese entre tais categorias que se devia buscar a análise da estrutura de poder que as unifica enquanto ordens sociais; que hierarquiza as relações entre homens e mulheres, que oprimem, exploram e dominam todas as mulheres de maneira diversa na história humana. Este processo possibilita a consolidação de uma consciência feminista de ordem mais radical, influenciada

pelos intensos debates e produções intelectuais de maior alcance e legitimidade política, tendo como “característica central os valores coletivos e revolucionários, chamando as mulheres para uma participação real na reconstrução da sociedade” (SANTOS, 2016, p. 140).

Por não ser homogêneo várias pautas feministas foram colocadas em evidência, e de maneira diversa trouxeram contribuições para o fortalecimento da causa das mulheres. Destaca-se aqui o movimento de mulheres negras nos anos de 1960, que denunciavam o sexismo, racismo e imperialismo presentes na sociedade, e que particularmente no Brasil trouxe inúmeras contribuições à conquista de direitos sociais e políticos femininos, especialmente por ter um caráter contestador com horizonte voltado a transformação da ordem estabelecida socialmente. As mulheres lésbicas, agregam-se a movimentos internacionais, e criticam o policiamento sexual direcionado às mulheres, em um contexto de recusa do conservadorismo, violência e dominação ideológica e cultural das mulheres, sendo sua posição própria de um feminismo radical de perspectiva revolucionária.

Nessa direção, o movimento feminista, a partir da sua organicidade política e social, injeta sua crítica à ordem capitalista, com intuito não só de contribuir para o fim da opressão e dominação-exploração da mulher, como também traçar caminhos e estratégias coletivas para o alcance das bases materiais necessárias para a emancipação humana.

O Serviço Social se articula a pauta de lutas do movimento feminista ao se atrelar a uma direção sociopolítica que evidencia como referência a razão ontológica, vinculado a luta dos sujeitos coletivos que vislumbram o fortalecimento de uma contra hegemonia ao projeto do capital, evidenciando seu legado político e intelectual para fortalecer no âmbito da profissão uma cultura de esquerda, conforme Mota (2016), e neste caminho, vem dando sua contribuição, no âmbito do debate e das práticas profissionais.

2 ORDEM PATRIARCAL E SISTEMA CAPITALISTA: OPRESSÃO, EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO DA MULHER

Partindo do entendimento de que alguns elementos centrais estruturam as relações de poder e hierarquização entre homens e mulheres, este trabalho tomará por base o seguinte entendimento materialista: i) o trabalho alienado/explorado funda a sociedade de classe, ii) a exploração do trabalho do homem pelo homem hierarquiza as pessoas a partir dos que dominam e dos que são dominados, iii) a construção social da monogamia como única possibilidade de organização familiar se tornou indispensável para organização da sociedade de classes (ordenada pela propriedade privada), iiiii) a exploração da mulher teve funcionalidade no processo de acumulação capitalista, por serem elas responsáveis pela produção e reprodução da mais valiosa mercadoria desse modo de produção: a força de trabalho.

Antes, porém, de chegar a essas questões assinaladas, é importante retomar o processo pelo qual a história da humanidade trilhou para chegar na atual forma de sociabilidade, buscando analisar sob a ótica de uma perspectiva feminista crítica, como se desenvolveram as estruturas ocultas da exploração, dominação e opressão das mulheres nesse processo histórico.

Para tanto, se partirá de uma análise das sociedades comunais e seus principais elementos, articulando o surgimento das classes sociais, da exploração do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, da família monogâmica, sistema patriarcal e modo de produção capitalista para se compreender o ponto de vista aqui defendido: mesmo diante das transformações societárias percebidas na história da humanidade, mudanças sociais, econômicas e políticas; as mulheres permaneceram sendo entendidas como seres humanos secundarizáveis, inferiores e com função social associada a servidão/escravidão. Sua situação de opressão, violência e exploração se aprofunda na atual sociedade burguesa, sendo extremamente funcional para a perpetuação da dominação e reprodução social do capitalismo.

Anterior ao estágio do que se conhece por monogamia², algumas teses explicam que existiu um estado social e comunal no qual homens e mulheres experimentaram uma liberdade sexual sem que houvesse violação da moral

² Ao longo da história da humanidade existiram várias formas de relacionamento conjugal: poligamia (homem com relacionamento conjugal com várias mulheres), poliandria (mulher com relacionamento conjugal com vários homens), matrimônio por grupos (comunal), e a monogamia.

estabelecida. Nestas primeiras formas de organização da vida humana as mulheres tinham uma posição social superior, devido ao fato de sua reprodução ser tida como um fenômeno de ordem sobrenatural, mágica e exclusivamente controlada por elas. Com a descoberta de que este fenômeno reprodutivo tinha inteira participação dos homens para se efetivar, o vínculo especial em torno das mulheres, e seu poder sobrenatural de dar a vida, foi desfeito. Este fato posicionou os homens como fontes da vida humana (ENGELS, 2012, SAFFIOTI, 2009).

Nas sociedades tidas como comunais, onde não existiam premissas como a concorrência, acumulação, exploração ou hierarquização de uma classe de pessoas sob outra, tornava-se impossível se apropriar do trabalho excedente de outro ser humano, já que diante do pouco desenvolvimento da capacidade produtiva, nessa época, as pessoas buscavam satisfazer apenas suas necessidades mais básicas de subsistência. Com a descoberta da agricultura e pecuária o trabalho humano deu um salto qualitativo, possibilitando aos indivíduos produzirem mais do que era necessário para sua sobrevivência (LESSA, 2012).

Foi a articulação entre as poucas possibilidades de sobrevivência das sociedades comunais e a posterior possibilidade de trabalho excedente que tornou necessária a exploração do homem pelo homem³. O que antes era de domínio coletivo, como a transformação da natureza e os meios de produção, passam a ser de domínio de uma classe de pessoas. Assim, a nova forma de organização social, a sociedade de classes, instaurada a partir do surgimento da propriedade privada, tem sua gênese correlata ao trabalho alienado.

Com o desenvolvimento histórico e acelerado das forças produtivas nas sociedades de classes, a falta de recursos e a carência do momento histórico anterior, foram substituídas pela abundância. Nesse percurso, tanto as classes

³ “A passagem da sociedade primitiva à sociedade de classes ocorreu de muitas e variadas formas. Sem desconsiderar essas diferenças – que são importantíssimas para a análise de cada modo de produção, de cada sociedade, etc. –, todas as sociedades de classe se distinguem essencialmente das primitivas porque são fundadas por uma nova modalidade de trabalho, o trabalho explorado, alienado. Este requer a organização e a aplicação da violência pela classe dominante sobre os trabalhadores e a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Em poucas palavras, é imprescindível a gênese das classes sociais” (LESSA, 2012, P.23).

sociais se configuram como essenciais para o desenvolvimento contínuo das forças produtivas, quanto a família monogâmica (LESSA, 2012).

A partir das transformações nas relações dos indivíduos com o trabalho, um grupo de pessoas fica diretamente responsável pela transformação da natureza e produção de trabalho excedente (classe dominada), enquanto um outro grupo fica responsável pela repressão e controle, por meio da violência (classe dominante). É tão somente por meio da violência que os indivíduos sociais passam a direcionar os produtos de seu trabalho à classe dominante. A violência desponta, portanto, como fenômeno de caráter decisivo para a manutenção e reprodução da sociedade de classes.

Para garantir a vigilância e o controle dos trabalhadores sob a égide da violência, a classe dominante cria o Estado. Responsável pela organização e pela aplicação sistemática da violência para manter a ordem social, o Estado se vale de artifícios como leis, decretos, exército armado, milícias e do apoio incondicional da classe dominante, para então criar as bases de sua legitimidade enquanto instituição reguladora das relações sociais. Surge enquanto instituição que desempenharia a função de assegurar a manutenção das novas riquezas individuais e a sua acumulação, pautando não somente a divisão da sociedade em classes sociais, como também, principalmente, a dominação-exploração de uma classe sob a outra.

Assim, nas palavras de Lessa (2012) “propriedade privada, classes sociais, exploração do homem pelo homem e Estado são imprescindíveis para a nova forma de organização da vida social que é a sociedade de classes”, e ainda atrelado a esses elementos, a família monogâmica, que situa sua origem na transição para a sociedade de classes.

Pensando na desmobilização das pessoas e no ataque as possíveis formas de resistência às condições de exploração e alienação do seu trabalho, a família monogâmica surge como mecanismo ideológico da classe dominante para individualizar a sobrevivência humana que, em experiências anteriores, estava atrelada à coletividade.

O aniquilamento dos laços comunais que referenciavam experiências de liberdade sexual (não associada/influenciada pelo poder moral de instituições reguladoras como Estado), se fez um elemento essencial para que a classe

dominante imprimisse sua ideologia individualista nessa nova forma de organização familiar, como premissa para reprodução e manutenção da propriedade privada.

Diante da necessidade de manutenção e perpetuação da propriedade privada, os homens adquirem um status dominador, dado a utilização massiva de um mecanismo, majoritariamente masculino, de controle, repressão, expropriação e exploração dos trabalhadores: a guerra. É por meio da guerra e instauração do medo que os homens da classe dominante exercem o “controle das atividades fundamentais para reprodução da sociedade” (LESSA, 2012, p. 27).

Este contexto formará as bases para que os homens estejam na centralidade de todas as questões relativas à produção da sociedade. Já as mulheres serão direcionadas para atividades relativas a reprodução social (procriar, cuidar, fazer comida, limpar, educar). Estas atividades, anteriormente de domínio coletivo, na sociedade de classes passam a ser de atribuição exclusivamente privativa das mulheres. Nesse contexto, a dominação da esfera produtiva, com a exploração do trabalho alienado pelos homens da classe dominante, e a destinação excepcional do trabalho reprodutivo às mulheres, são o chão da gênese das relações de poder entre homens e mulheres, e o elemento estrutural central da família monogâmica e sistema patriarcal.

Assim, segundo Engels (2012), o contexto de surgimento da família monogâmica parte da exigência posta na sociedade de classes de que os filhos de uma determinada união tivessem sua paternidade indiscutível, para que lhes fossem transferidos sob forma de herança os bens privados de seu genitor.

Enfaticamente, o predomínio do homem por meio da monogamia consolidou a escravização do sexo feminino ao homem. Portanto, o desenvolvimento das relações antagônicas entre homens e mulheres, correlaciona-se ao aparecimento das primeiras formas de antagonismo de classes, que tem como elemento central a opressão de uma classe sob a outra, e, enfaticamente, de um sexo sob o outro (ENGELS, 2012).

Com o advento da propriedade privada dos meios de produção, exploração do trabalho alienado, produção de excedentes e com a confirmação da participação do homem no ato de fecundação; surge o sistema patriarcal

(SAFFIOTI, 2004). Compreendido enquanto fenômeno onde as relações são essencialmente hierarquizadas e socialmente desiguais, é “ um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres” (SAFFIOTI, 2009, P. 10). Sobretudo, suas marcas não se limitam apenas às relações sociais no interior da família, se exprimem também a partir da divisão social do trabalho⁴.

A base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (p. 12).

A restrição das mulheres ao espaço doméstico da vida privada se alicerçou na divisão social do trabalho, que traduz uma relação de poder e dominação do sexo masculino sob o feminino. Kergoat (2003) aponta como características desta divisão a destinação dos homens à esfera produtiva e às mulheres a esfera reprodutiva; bem como “apreensão dos homens a funções de grande valor social agregado”.

A autora destaca duas questões essenciais ao debate da divisão social do trabalho e suas relações. A primeira delas é a insuficiência de se considerar somente a relação de dominação homem/mulher, por entender que a complexidade das práticas sociais deve ser levada em conta. A segunda diz respeito a também insuficiência de se apenas caracterizar as relações de sexo, sem, no entanto, fazer a interpretação constante das relações sociais, por serem estas consubstanciais.

Em sua tese sobre a divisão sexual do trabalho, a autora aborda ainda a existência de dois princípios norteadores e organizadores desta construção social: o princípio da separação, aquele pelo qual se reitera que existem trabalhos prioritariamente masculinos e trabalhos destinados a mulheres; e o princípio da hierarquização, onde “um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher”. Conforme sua análise, são esses princípios valorativos

⁴ Tabet (2014) aponta a relação de dominação como chave para a compreensão da não neutralidade e da assimetria da divisão do social do trabalho. Reconhece o peso fundamental do controle masculino dos instrumentos de trabalho, destacando como hipótese a existência de uma diferença quantitativa e qualitativa dos instrumentos à disposição de cada sexo. Sistemáticamente, observa a condição de subequipamento dos grupos de mulheres e sua relação de dominação e apropriação material pelos homens.

especialmente na sociedade de classes; sendo aplicados a partir de seu processo de legitimação ideológica baseada no naturalismo biológico.

Se coloca em evidência o controle masculino dos meios de produção e a “complementariedade e cooperação” entre os sexos. Essa noção de complementariedade destacada, exalta a naturalidade de tal divisão, baseando-se no fato das chamadas “limitações naturais”, (estritamente de ordem biológica), que se apresentam imbricadas à condição feminina. Por meio dessa noção, é atribuído aos homens a capacidade de dominar política, cultural e simbolicamente as mulheres (TABET, 2014).

Ao pautar a materialidade e individualidade das mulheres enquanto objeto intercambiável, Guillaumin (1992) compreende que a sexagem⁵ possibilitou a apropriação do corpo feminino e de seus produtos (aqui identificados como a sexualidade e a força de trabalho) pelos homens.

Para Federici (2004), no campo do trabalho reprodutivo, o corpo feminino teve sua apropriação institucional pelo Estado, e privada pelos homens, convertendo-se em um instrumento próprio de produção da força de trabalho. É por meio da objetivação/coisificação do corpo que o entendemos como “lugar de uma alienação fundamental que só pode ser superada com o fim da disciplina-trabalho” (P. 23). Esta reflexão que permite a autora o seguinte entendimento analógico: “O corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens proletários: principal fonte de sua exploração”.

A primeira tentativa organizada de desafiar as normas sexuais estabelecidas ideologicamente pela classe dominante se deu na transição feudalismo-capitalismo, por meio da luta antifeudal. Com participação das mulheres, o movimento antifeudal exigia uma nova ordem social baseada em princípios igualitários, onde as hierarquias e a dominação de uma classe sob a outra não tivesse lugar.

Apesar disso, com o advento do capitalismo se intensificou a desvalorização, opressão e exploração das mulheres. O escanteamento e a naturalização da esfera reprodutiva, com desenvolvimento histórico de trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, estando elas confinadas a espaço

⁵ A autora utiliza esse termo para se referir aos processos de servidão e escravidão a que estão sujeitas as mulheres na ordem patriarcal. Seria uma redução ao estado de ferramenta, cuja a instrumentalidade se aplica fundamentalmente a outros seres humanos.

privado familiar e conseqüentemente ao trabalho reprodutivo; redefinem as relações entre homens e mulheres e seus papéis na produção e reprodução na vida social. Essa redefinição pauta os papéis sociais de mulheres e homens enquanto construções sociais no sistema capitalista.

Enquanto sistema econômico-social o capitalismo está incontestavelmente atrelado ao racismo e sexismo. Baseado pela contradição sob a qual se fundamenta seu projeto de acumulação e espraiamento social, adquire ideologicamente a capacidade de globalizar a exploração do homem pelo homem. Impreterivelmente, as hierarquias alicerçadas sobre os sexos, e sobre a raça/etnia, constituíram-se bases para que a classe dominante exercesse o seu poder de dominadora-exploradora.

No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre a acumulação e a destruição da força de trabalho, tensões pelas quais as mulheres pagam o preço mais alto com seus corpos, seu trabalho e suas vidas (FEDERICI, 2004, P. 28)

Estrategicamente, o modo de produção capitalista se utiliza dessa hierarquização das relações entre homens e mulheres para intensificar e ao mesmo tempo naturalizar e ocultar a exploração e a violência estrutural próprias do seu projeto mundial.

Em face dos mecanismos essenciais do modo capitalista de produção, que visam a regulação das relações entre os sexos e lançam mão de fatores de ordem natural, com fins de manter seu equilíbrio e reprodução; justifica-se a secundarização feminina na estrutura de classes por meio da defesa e institucionalização das funções reprodutoras e essencialmente socializadoras destinadas a mulher (SAFFIOTI, 2009).

É mister ressaltar que o capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem que tivesse ao seu dispor uma concentração prévia de capital e de trabalho explorado, tendo sua fonte de riqueza instaurada a partir da separação entre trabalhadores e os meios de produção. Nesse ponto, o conceito de acumulação primitiva introduzido por Marx, estabelece interface com o sistema feudal em decadência e as condições objetivas de desenvolvimento do capital “ no qual primitiva (originária) indica tanto uma pré-condição para a existência de

relações capitalistas como um evento específico no tempo (FEDERICI,2004, p. 111).

Federici (2004) adverte que apesar de o capitalismo constituir um projeto de amplitude globalizada, a resistência a ele também está posta em proporções globais. Nesse quesito o movimento feminista surge enquanto um dos radicalizadores desta ordem social, buscando pautar a causa específica das mulheres, sua subalternização, posição social inferior e a exploração e utilização do seu trabalho reprodutivo não remunerado, enquanto extremamente funcional ao processo de acumulação capitalista. Como caminhos para o alcance da emancipação humana, sugere a superação do modo de produção capitalista e de toda a violência, exploração e opressão a ele inerente, especialmente a opressão sofrida pelas mulheres na ordem patriarcal, bandeira sob a qual se levanta o movimento.

É portanto, na direção da construção de lutas em torno do alcance da emancipação humana e construção de uma nova ordem social, sem relações opressoras, sem violência estrutural e sem exploração do homem pelo homem, que buscamos problematizar as contribuições do movimento feminista no cenário contemporâneo de aprofundamento da crise do capital e suas expressões deletérias em todas as esferas da vida social, apontando as contribuições que o Serviço Social pode tecer neste processo de resistência.

3 MOVIMENTO FEMINISTA E SERVIÇO SOCIAL: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

O movimento feminista ocupa um lugar de destaque social, político e revolucionário na história do mundo moderno. Sua busca por isonomia entre homens e mulheres e pelo reconhecimento da não-naturalidade da hierarquia e hegemonia estabelecidas em suas relações, influenciaram e em certa medida modificaram as formas de pensar da sociedade. Apesar de algumas de suas correntes terem se limitado a denunciar as relações contratuais, como por exemplo o contrato sexual, como principal responsável pela sujeição histórica das mulheres aos homens; outras, partindo de uma teorização crítica totalizante, atribuíam essa subalternização ao nascimento da sociedade de classes (questão das mulheres atrelada a questão social), percebendo,

portanto, que para as opressões e exploração sofridas pelas mulheres pudessem ser superadas, o movimento necessariamente teria que lutar por emancipação humana.

De maneira genérica o ativismo do movimento feminista criou um espaço antes inexistente: o da teorização sobre a ordem patriarcal de gênero e seus diversos rebatimentos nos modos de viver das mulheres, a partir da qual, enquanto concreto pensado, abre precedentes e perspectivas de lutas para a transformação societária radical, articulando-se politicamente com demais movimentos sociais para a construção coletiva de uma ordem social emancipada.

A partir do momento em que o socialismo se torna uma necessidade histórica frente a barbárie instaurada pelo capitalismo e seus fundamentos econômicos, se pauta a conquista progressiva do poder político pelas massas, via luta de classes. Segundo Tonet (2002), a base para que se sustente esse poder político nas mãos da classe trabalhadora será o trabalho associado, o alto desenvolvimento das forças produtivas, a diminuição do tempo de trabalho necessário e a produção-distribuição-consumo enquanto forças comuns. Esse alinhamento permitiria à humanidade experimentar o exercício de sua liberdade plena, a partir do controle não alienado de todo processo social, com acesso irrestrito de todos a riqueza socialmente produzida, com fins a realização plena das potencialidades humanas em uma sociedade livre de relações exploratórias e hierárquicas.

No campo do feminismo, o controle patriarcal da sexualidade e capacidade reprodutiva feminina, atrelado a sua subalternização no sistema produtivo de bens de serviços da sociedade de classes, foi alvo de duras críticas do movimento e intervenções políticas, através de organização interna e com movimentos sociais, com fins a instrumentalizar seu debate em ganhos concretos às vidas das mulheres. Essa articulação possibilitou ao movimento estabelecer relação com o Estado, encaminhando sua ação política ao alcance de direitos que dessem resposta às variadas demandas das mulheres (GURGEL, 2012).

Entretanto Netto (2011) aponta um paradoxo nessa relação, ao pautar que o Estado, em busca de expandir sua legitimação política e social, amplia e

institucionaliza direitos sociais com fins a estabelecer um consenso na ordem social. É nesse sentido que o Estado incorpora as bandeiras protagonizadas por diversos sujeitos e movimentos, como maneira de se legitimar socialmente, respondendo positivamente às demandas dos movimentos sociais, as quais são facilmente reconfiguradas na direção dos interesses dos monopólios capitalistas.

É preciso, portanto, realizar a crítica as bases objetivas que requisitam a existência de tais direitos democráticos, sem perder de vista que eles também são importantes e dão condições objetivas para que a classe trabalhadora se organize e alcance o estágio mais avançado da sociabilidade humana: a emancipação. Nesse sentido a luta por direitos pode ter dois caminhos, o reformista ou o revolucionário. Reformista será se objetivar o aperfeiçoamento da cidadania e a manutenção desta atual ordem social. Revolucionário, entretanto, terá clareza dos limites da conquista desses direitos, articulando sua luta em torno do aniquilamento das bases materiais do modo de produção capitalista e de sua ideologia opressora (TONET, 2002).

Ávila (2003) considera que se pauta como desafio ao Feminismo pensar a relação entre o que a autora vem a chamar de prática revolucionária de origem, e a prática democrática de negociação de conflitos com o Estado, sendo primordial alimentar diariamente “a radicalidade e produzir reformas e, para isso, formar um forte movimento de base que dialeticamente atue nas esferas local e internacional”.

Pensando na vasta contribuição do movimento feminista, com a luta e o posterior alcance de direitos como o trabalho remunerado, o sufrágio universal e o direito a participação política; temos as bases iniciais para se questionar o domínio e poder masculino nas esferas privada e pública. A partir dessas conquistas foi possível incorporar valores revolucionários e de ordem coletiva nas bandeiras do movimento, partindo do pressuposto de que as mulheres deveriam ser sujeitos ativos e partícipes na construção de uma nova sociedade.

A luta pela liderança e pelo direito de as mulheres serem ouvidas, concedeu ao movimento um caráter universal, formando uma consciência política reflexiva que questiona às instituições-chave da sociedade, como o

casamento e as práticas sexuais, buscando a alteração de padrões heteronormativos (SANTOS, 2016).

No campo teórico também surgem contribuições de grande impacto político-prático para o movimento. A obra *Le Deuxième Sexe* da francesa Simone de Beauvoir, que introduz a mulher enquanto construção cultural, traz como desdobramento o desvendamento do exercício de poder dos homens, apontando que foi uma atribuição exclusividade masculina teorizar os acontecimentos da sociedade ao longo dos tempos; “isso se iniciou com o uso da força física, e posteriormente da simbologia, poder, que cria mitos, religiões e leis que lhe dão suporte e autonomia para, sobretudo, manter em seu poder o controle econômico do mundo” (SANTOS, 2016, p. 146).

Em um momento mais contemporâneo o movimento é chamado a responder às exigências de um mundo em transformação. As teses principais voltam-se para a radicalização desta ordem social e aceitação da diversidade sexual e pluralismo; seja pela forma de ser e conceber o feminino na cultura, seja pela variação de incontáveis formas de expressão das opressões vividas em situações diferentes e simultâneas, por todas as mulheres.

Nesse ponto, as determinações contemporâneas socioconjunturais e teórico-políticas são o fio condutor que relaciona o feminismo ao Serviço Social, e especialmente enfatizam a importância que o movimento feminista teve para o processo de renovação da profissão e para afirmação da hegemonia do seu Projeto Ético Político (PEP).

A ruptura com o histórico conservadorismo⁶ pelo Serviço Social, através de sua organização política e acadêmica (com o sucessivo aprofundamento da incorporação da corrente teórica materialista), vinculou a profissão aos movimentos sociais e as lutas coletivas da classe trabalhadora e permitiu a compreensão dos projetos societários em disputa.

A aproximação com a corrente teórica marxista, a qual tem por razão ontológica a totalidade, desponta ao Serviço Social a necessidade de compreender as determinações do objeto para além do imediatismo, estruturando o conhecimento enquanto fermenta para a transformação social,

⁶ Realizado em 1979, o Congresso da Virada foi o marco histórico no processo de ruptura com o conservadorismo profissional, com impactos na mudança de paradigma com a formação, trabalho e organização das entidades representativas da categoria.

sob o ponto de vista dos interesses e reais necessidades da classe trabalhadora. Neste sentido, se opõe a visão fetichizada da realidade na medida em que esta nega a dimensão dialética, humana e histórica da práxis social, tendo no empírico seu ponto de partida e de chegada. (SIMIONATO, 2009).

Esta sintonia com a luta dos sujeitos políticos, possibilitou a incorporação, no interior da profissão, das bandeiras dos movimentos sociais, buscando o enfrentamento do ideário conservador aprofundado no seio desta sociedade capitalista, e da violência estrutural a ela inerente.

Segundo Cisne e Santos (2018), ao longo dos anos o Serviço Social vem buscando contribuir profissionalmente com as lutas feministas. A essa contribuição se atribui a trajetória de engajamento político e da apreensão crítica, pela profissão, do contexto sócio-histórico que se processa as expressões da questão social. É nesse contexto de amadurecimento ético-político que os conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS) manifestam publicamente sua posição ético-política a favor da descriminalização do aborto; que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS) cria um grupo temático de pesquisa sobre as relações de exploração, opressão de gênero, raça/ etnia, geração e sexualidade; e que a Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social (ENESSO) funda uma corrente feminista no interior da sua pauta formativa, onde promove as discussões referentes a situação de opressão-exploração que as mulheres vivenciam.

O Serviço Social tem realizado sua análise das relações heteropatriarcais em uma perspectiva de totalidade; tem buscado fortalecer os processos de radicalização da democracia pautando seu compromisso com a igualdade entre os sexos, se colocando contrário a hierarquização, discriminação e preconceito; através do enfrentamento ético-político da reprodução do conservadorismo, alinhando a prática profissional às pautas do movimento feminista radical; aja vista o reconhecimento crítico da categoria de que as mulheres são um segmento social “que historicamente tem sido oprimido e que sofre maior pauperização do que os homens” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 161).

Mesmo diante de sua concepção hegemônica ancorada na razão ontológica, o Serviço Social tem sofrido os rebatimentos das tendências neoconservadoras; a partir das requisições da racionalidade capitalista de um trabalho profissional com ações reduzidas a mera aparência, onde se fortalece o empirismo, o pragmatismo, o voluntarismo e a fragmentação entre teoria e prática, buscando um claro distanciamento dos paradigmas críticos totalizantes.

Assim, ao direcionar sua práxis a uma luta coletiva de caráter libertário, o Serviço Social tem buscado cumprir com o compromisso ético-político expresso no seu projeto ético político e código de ética, que é o alcance da emancipação humana. De sobremaneira, o movimento feminista torna-se essencial para o processo de oxigenação e renovação do Serviço Social, ao passo que a profissão passa a contribuir com a luta feminista pelo extermínio de todas as formas de opressão, violência, exploração e hierarquização entre homens e mulheres (CISNE; SANTOS, 2018).

4 CONCLUSÃO

É certo que ao longo do desenvolvimento das práticas sociais de homens e mulheres, tem se atribuído aos homens a capacidade de dominar política, cultural e simbolicamente as mulheres. O movimento feminista tem lutado durante décadas para romper com esse paradigma da ordem patriarcal de gênero, tendo como horizonte a efetivação dos direitos das mulheres em uma perspectiva de transformação social, humana e emancipatória.

Diante de um ambiente propício de esquerda, com a influência da conceitualização marxista, a partir do aprofundamento dos antagonismos capital/trabalho, grande parte do movimento feminista vinculou suas análises às relações de produção e classes sociais. Esta vinculação possibilitou ao movimento seu alinhamento a perspectiva de transformação social da ordem vigente, partindo da crítica ao modo de sociabilidade capitalista.

Um dos grandes desafios atuais postos ao feminismo, é, portanto, a reafirmação da corrente teórica-política revolucionária, e a oxigenação e afirmação da luta por uma sociedade onde não aja antagonismos de classes, e

consequentemente, onde reine a igualdade política e coeducativa entre homens e mulheres.

Nesse sentido, ao movimento feminista cabe não perder de vista a sua perspectiva política social-transformadora da ordem vigente, mantendo em sua agenda o alcance da reapropriação dos corpos, da sexualidade, e do trabalho associado (não explorado), a partir da busca por uma nova forma de sociabilidade, onde todos disponham de condições para o livre e pleno exercício de suas vidas.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. **Direitos reprodutivos: uma invenção das mulheres reconcebendo a cidadania.** Recife: SOS Corpo, 2003.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução Leandro Konder. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

FEDERICI, S. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução do coletivo Sycorax. 2014. Disponível em: <http://coletivosycorax.org/indice>.

GURGEL, T. **Políticas públicas para as mulheres: uma análise crítica do Rio Grande do Norte.** In: LOURDES, Rita de; GURGEL, Telma; QUEIROZ, Fernanda Marques de. (Orgs). **Gênero e serviço social: múltiplos enfoques.** Natal: EDUFRN, 2012.

KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: TEIXEIRA, Marilane. et al (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas.** São Paulo. 2003.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo, 2012.

MOTA, A. E. Serviço Social Brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, M.L. O. (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidades.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres.** FLACSO, 2009.

SANTOS, G. M. **O feminismo na história**: suas ondas e desafios epistemológicos. In: BORGES, M. L. et al. (Orgs.). *Filosofia: machismos e feminismos*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016. p. 129-159.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico política. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

TABET, P. **Mãos Instrumentos e armas**. In: FERREIRA, Verônica. et al (Orgs.). **Patriarcado desvendando**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS CORPO ,2014.

TONET, I. Para além dos direitos humanos. **Novos Rumos**, n. 37, 2002.